

INVESTIGAÇÃO

DF - Polícia

Policiais civis brasileiros desenvolvem em laboratório aparelhos de gravação de áudio e imagem. São mais de 200 sistemas de interceptação

Fotos: Carlos Moura/CB/27.1.05



O SISTEMA DE ESCUTA DA POLÍCIA CIVIL PERMITE A GRAVAÇÃO DE CONVERSAS DE QUALQUER TELEFONE CELULAR: SOM CAPTADO COM NITIDEZ

Fabricação própria

RENATO ALVES

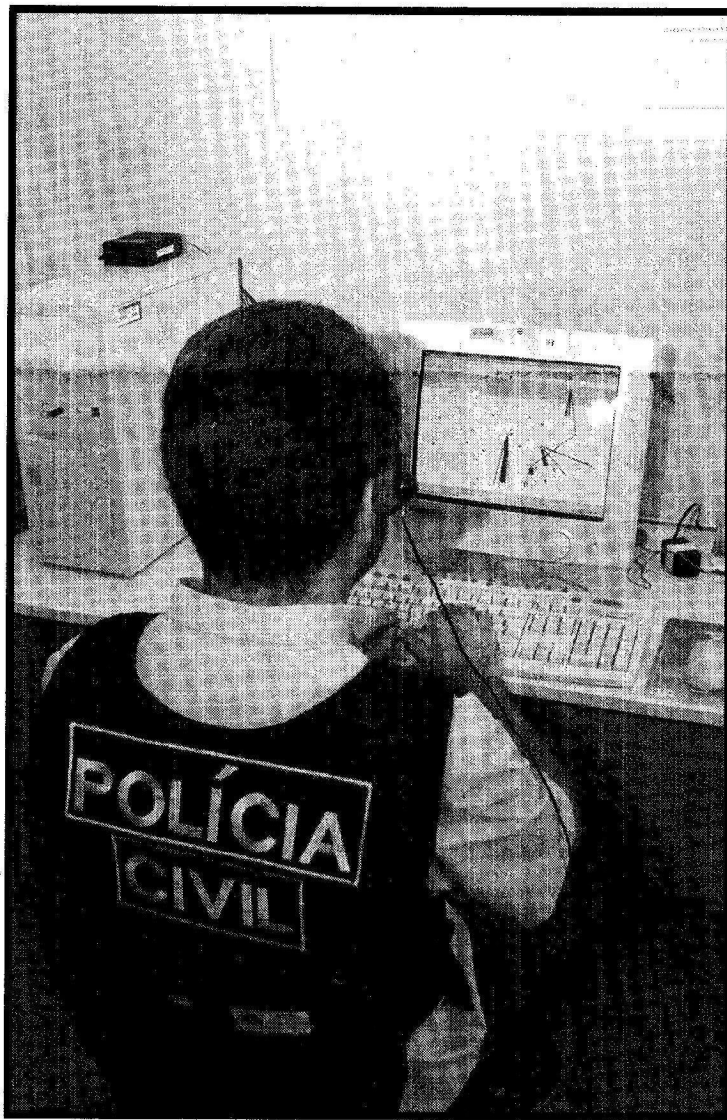
DA EQUIPE DO CORREIO

Todas as interceptações feitas pela Polícia Civil do Distrito Federal, por telefone ou vídeo, são monitoradas e armazenadas em uma central, instalada em um prédio da instituição, que não pode ter o endereço divulgado. Os policiais responsáveis pela operação e manutenção do equipamento também têm as identidades mantidas em sigilo. São oito delegados e agentes com formação em Engenharia Eletrônica, Ciência da Computação e Telecomunicações.

A equipe do *Correio* foi a primeira de um veículo de comunicação a receber autorização para entrar nas salas onde ficam os sofisticados aparelhos de escuta e entrevistar os policiais que fazem esse serviço. Até então, além de policiais civis credenciados, apenas promotores de Justiça e juízes haviam visitado o local. Os policiais apresentaram à equipe do jornal cinco dos mais de 200 sistemas de interceptação.

Além de garantir o funcionamento das máquinas, os policiais especializados em informática e eletrônica desenvolvem equipamentos de gravações de áudio e imagem, em laboratório montado no mesmo prédio. "Usamos aparelhos diferentes para cada investigação e condição de ambiente distintos", explica o chefe da seção responsável pelas interceptações, que não pode ter o nome publicado.

Em um caso de tráfico de drogas, os policiais precisavam gravar a conversa e imagem de um suspeito dentro de uma boate. Mas não havia aparelho que conseguisse captar o som e imagem com qualidade por causa da escassez de luz e do som alto no local. Os policiais do Serviço de Inteligência criaram uma microcâmera com microfone direcional e sensor infravermelho. O dispositivo foi instalado em um broche. Coube a uma policial a missão de gravar o suspeito. Ela se passou por freqüentadora da casa noturna. "Quem olhava o broche não percebia que as pedras de enfeite na verdade eram



AGENTE DURANTE UMA INVESTIGAÇÃO: QUADRILHA MONITORADA DIARIAMENTE

o infravermelho da câmera", diz o chefe das escutas.

Os investigadores que trabalham nas diversas delegacias do DF só têm acesso às máquinas que recebem as interceptações com autorização judicial em mão e uma senha. Eles passam dia e noite na frente de um terminal de computador. Ali, monitoram dezenas de telefones. Com o mouse, ouvem as conversas que os interessam. Todas as ligações feitas ou recebidas pelos números grampeados são memorizadas. "Mas só as conversas dos telefones que temos autorização para gravar podem fazer peça de um inquérito policial", garante o chefe do Serviço de Inteligência.

Rastreamento

O sistema da Polícia Civil permite a interceptação de 1,2 mil telefones ao mesmo tempo. Mas, como ele rastreia todas as ligações feitas e recebidas pelos números grampeados com autorização judicial, é possível monitorar todos os aparelhos de telefonia móvel do DF, caso eles se comuniquem com alguém que falou com uma das pessoas grampeadas.

Outras polícias civis recorrem à instituição brasileira na investigação de casos complicados. Os maiores usuários são os policiais de Goiás, Minas Gerais e Bahia, de acordo com o delegado Celso Ferro, diretor do Departamento de Atividades Especiais (Depate).

VENDA ILEGAL

Os investigadores do Serviço de Inteligência da Polícia Civil do DF também interceptam grampos ilegais. Eles já descobriram escutas feitas por bandidos até em telefones de policiais. Também abriram inquéritos para apurar grampos em empresas. Tudo porque é fácil comprar, instalar e usar uma escuta telefônica ilegal. Apesar do direito à privacidade assegurado pela Constituição, páginas na internet oferecem todo tipo de componente para bisbilhotar a vida alheia. O pedido é feito por e-mail, pago com boleto bancário e enviado por Sedex. O preço varia de acordo com a tecnologia, eficiência e alcance dos grampos. Os mais simples, que servem apenas para monitorar telefones fixos, são vendidos a R\$ 90. Já escâneres e interceptadores de celulares custam até R\$ 15 mil. Esse tipo de atividade é considerado crime no Brasil, que prevê pena de dois a quatro anos de prisão.

"Nossos policiais dão treinamento aos colegas de outros estados. O investimento em tecnologia é uma tendência nacional", comenta Ferro.

Os promotores de Justiça, que também têm legitimidade para fazer uso de interceptações nas suas investigações, elogiam os investimentos da Polícia Civil nos recursos tecnológicos. "Principalmente no caso de quadrilhas, as escutas são a melhor prova. Não há como contestar o que foi dito", observa Leonardo Bandarra, da 9ª Promotoria Criminal de Brasília. Mas ele frisa a importância de todas as escutas e imagens serem feitas com a autorização e acompanhamento da Justiça.